

Por Alexandre Sammogini



A Abrapp participou do 31º Seminário de Investimentos e Benefícios da Capef, realizado nesta sexta-feira, dia 22 de novembro. A associação foi representada pelo Diretor-Presidente Jarbas Antonio de Biagi, que esteve presente na abertura do encontro.

“Foi um evento muito importante, contando com a presença dos participantes ativos e beneficiários da Capef, além de dirigentes e profissionais do segmento financeiro e previdenciário. Tivemos especialistas de instituições do mercado para discutir as perspectivas do cenário econômico para 2025 e construir a política de investimentos dos planos”, disse.

A abertura também contou com a participação do Diretor-Presidente da Capef, Ocione Mendonça, dos Diretores do Banco do Nordeste, Thiago Nogueira (Ativos de Terceiros) e Luiz Abel (Negócios), e do Diretor-Superintendente da Previc, Ricardo Pena.



O seminário recebeu também a participação especial de Eduardo Feldberg, influenciador e criador do canal “O Primo Pobre”, que apresentou a palestra magna sobre o tema “Futuro Sustentável: da educação financeira à previdência privada”.

“Este é o mais antigo e maior evento realizado pela Capef, que tem a nobre missão de garantir proteção financeira e qualidade de vida para cerca de 14 mil participantes, além de gerir um patrimônio de mais de R\$ 7 bilhões”, avaliou Ocione.

O Diretor Superintendente da Previc, Ricardo Pena, falou sobre a importância da atualização do decreto sancionador (4942/2003) e da Resolução CMN 4994/2022, durante o seminário. Ele explicou que o decreto sancionador está em vigor há mais de 20 anos – o que exige uma atualização. “É preciso vincular ao regime sancionador o processo de Supervisão Baseada no Risco e estimular o ato regular de gestão. O setor já é bastante regulado. Estamos falando de governança, conselho fiscal, auditoria interna, comitê de investimento, gerência de ‘compliance’. O regime sancionador precisa se equilibrar, ter uma visão garantista e privilegiar o ato regular de gestão”, disse.

Ao falar sobre a proposta de atualização da Resolução CMN 4994/2022, apresentada ao Ministério da Fazenda pela Previc, Ricardo Pena, disse que a ideia é “melhorar o ambiente regulatório dos investimentos, reforçar o ato regular de gestão, ampliar o cardápio de investimentos e mudar as regras dos Fundos de Investimento e Participações (FIP), nos aspectos de governança e limites de alocação, que foram reduzidos na proposta. Ele também informou que a autarquia propôs a retomada dos investimentos no setor de imóveis, e indicou a retirada da obrigação da venda de imóveis até 2030. “Queremos incorporar novos ativos de sustentabilidade, da transição energética e climática. Estamos falando de Fiagro (Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais), créditos de carbono e fundos verdes”, completou.

Para o representante do Conselho Deliberativo da Capef e Diretor de Ativos de Terceiros do BNB, Thiago Alves Nogueira, o evento trouxe “a visão da longevidade e da importância da governança no processo de alocação de recursos, principalmente na busca pela dignidade previdenciária”.

A programação abrangeu palestras sobre temas como o futuro da previdência complementar, cenários econômicos e políticos, além de oportunidades da inteligência artificial. Os especialistas abordaram ainda diversas perspectivas de investimento em um contexto econômico em evolução.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 22.11.2024.